

Palavra e Imagem em Agostinho/ Word and Image in Augustine

Adilson Pereira¹

RESUMO

O presente trabalho trata da questão da relação entre palavra e imagem, tomando como pressuposto o pensamento de Aurelius Agostinho. De antemão, o caráter assistemático presente na escrita das obras de Agostinho possibilitou uma investigação mais ampla no intuito de se demonstrar como esses conceitos estariam presentes em algumas outras obras e como poderíamos vislumbrar sua integração mediante uma reeducação do olhar. Partindo do método de interpretação de Agostinho, a pretensão do presente trabalho é tornar compreensível como esse autor apresentou contribuições para o que mais tarde foi chamado de investigação estética.

PALAVRAS-CHAVE: Palavra, Imagem, Belo, Agostinho.

ABSTRACT

This paper deals with the question of the relationship between word and image, starting from the thoughts of Aurelius Augustine. Beforehand, the unsystematic character present in the writing of Augustine's works enabled a broader investigation to demonstrate how these concepts would be present in other works and how we could envision its integration through reeducation of the look. Starting from Augustine's method of interpretation, the intention of this work is to make understandable how the author made contributions to what was later called the aesthetic research.

KEYWORDS: Word, Image, Beautiful, Augustine

Introdução

O presente trabalho foi elaborado no intuito de fornecer elementos a uma possível reflexão estética acerca do pensamento de Aurelius Agostinho (354-430), tendo em vista as abordagens relativas aos conceitos de Belo, imagem, palavra e criação, presentes em algumas de suas obras. Nossa

¹ Doutor em Filosofia, na área de Ética, pela UGF e docente do programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências da Saúde e do Meio Ambiente do Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA. Docente do Ensino Superior da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro – FAETEC. adilsonfaetec@gmail.com

análise se circunscreve a um conjunto de obras que trazem as reflexões dessas questões de modo assistemático, já que essa forma de abordar as questões filosófico-teológicas seria própria do método que Agostinho teria utilizado esse recurso para levar à cabo suas investigações, estamos nos referindo ao método *solilóquios*, em que Agostinho tornou o diálogo consigo mesmo recurso metodológico de se fazer filosofia e teologia. O modo *solilóquios*, de abordagem de questões, estabeleceria profundo diálogo com a interioridade humana, possibilitando alcançar aquela instância que Agostinho denominou de *Ratio Superior*, sendo essa a base de instrução do uso adequado da razão no intuito de conduzir o homem às Verdades. Ora, essa metodologia, por força de seu *modus operandis*, partiria das questões vivenciadas no cotidiano; isto é, aquelas consideradas mais incidentes na tradição filosófica. Ao tratar dessas questões, o modo dialético interior, utilizado por Agostinho, inferia conclusões avalizadas pela *Ratio Superior* e, essas, por sua vez, tornavam-se base para novas investigações. Assim, na maior parte de seus escritos, verifica-se à recorrência a temas reiteradamente abordados em várias outras obras, o que tornou seu processo investigativo assistemático, já que a escrita de uma obra traria consigo a mescla de fragmentos de temas novos com outros já abordados, ora reiterados, ora aprofundados ou revistos. Para Agostinho, as garantias indicadas pela por essa forma da razão seriam provenientes de Deus, Uno-Trino ao qual, na exposição do nosso trabalho, iremos nos referir como o Absoluto, autor do princípio de ordem que estaria presente em todas as coisas dispostas no tempo-espço. Essa observação é importante do ponto de vista da compreensão dos conceitos que devemos tratar; afinal, as questões relativas ao Belo, à Verdade, à palavra e à imagem, estariam ancoradas na ordem natural proveniente do Absoluto e de seu poder criador.

Um outro aspecto que consideramos no presente texto é a questão norteadora proposta pelo IV Simpósio de Estética ocorrido na PUC – São Paulo, a saber, o tema: Impulso Criativo – O que estaria antes da imagem, antes da palavra? Em que pese as profundas diferenças acerca das reflexões sobre o belo e a arte no pensamento contemporâneo em relação ao pensamento Patrístico do séc V, nossa pretensão é a de abordar o problema da palavra e seu reflexo com o universo imagético, procurando demonstrar as

implicações de natureza metafísica já indicadas no itinerário das reflexões de Agostinho. Como veremos, a interpretação apresentada por esse autor é de natureza metafísica e não se desvincula ou menospreza a realidade vivencial humana, já que a transcendência relativa ao mundo das imagens estaria relacionada ao uso da palavra e essa seria mediação para as descobertas que ocorreriam no interior da alma. Bem, iniciemos nossa reflexão sobre o tema proposto, tomando a possibilidade de torná-lo uma reflexão de natureza estética acerca da relação Palavra e imagem em Agostinho.

1 O problema da Palavra e o acesso à realidade transcendente.

Nossa reflexão se inicia pelo apontamento de que se há palavra, a sua origem deve ser melhor investigada. Em *De Magistro*, obra escrita em 389, que se inscreve no conjunto das primeiras obras de Agostinho, essa investigação foi elaborada, reafirmando o caráter de tratamento metafísico acerca da linguagem e desenvolvida na esteira de outras obras iniciadas anteriormente, em destaque nos referimos a obra *Contra Acadêmicos* (386), que estabeleceu as bases de superação do ceticismo ao qual Agostinho aderiu por certo tempo. A apresentação das questões relativas ao problema da Verdade em *Contra Acadêmicos* nos é significativa; afinal, se há possibilidade de acesso à Verdade, nos parece que seria função da palavra, como meio de expressão humana, poder dizer algo, ao menos aproximativo, ao que seria a Verdade. Em *Contra Acadêmicos* verifica-se a superação da *epoché*, isto é, do modo de suspensão dos juízos que Agostinho tinha adotado como base de seu ceticismo, anterior à conversão ao cristianismo e à escrita dessas obras. Para ele, a adoção da dialética, diferenciada do modelo de Platão, como veremos, estabeleceu as bases de investigação dos mais variados problemas filosóficos, os de natureza gnosiológica, ética, estética entre outros. A descoberta da verdade como algo possível estaria no cogito: se me engano, sou², isto é, “si

² A concepção do *cogito* a partir da utilização da *epoché* dos acadêmicos, constitui-se em um marco metodológico; afinal, Agostinho compartilhou com os acadêmicos da suspensão do juízo frente às impressões advindas da realidade sensível, mas, por outro lado, a dialética lhe demonstra que não há como duvidar da existência de evidências lógicas advindas desta mesma realidade. A primeira das quais seria a própria condição de duvidar, isto é, não se pode duvidar de que o espírito não esteja concebendo a dúvida, pois a certeza de que há dúvida é garantida pelas incertezas que temos acerca do objeto do qual duvidamos. A dúvida é uma

enin fallor, sum. Essa descoberta, inferida no conjunto dos diálogos instaurados em *Contra Acadêmicos* (386), foi reiterada quando da escrita da obra *A cidade de Deus* (415-426), como interpretam Boehner e Gilson:

As mesmas reflexões reocorrem no “*De civitate Dei*”, embora mais concisamente e com algumas variações: “E se te enganas?” – eis incessante objeção dos acadêmicos – a resposta de Agostinho é simples e clara: se me engano, sou “*si enin fallor, sum*”.³

Em *A Cidade de Deus* (413-426), Agostinho demonstrou que as certezas a que chegara a partir da obra *Contra Acadêmicos* se fundamentam numa condição primária, isto é, elas estariam presentes na essência humana, independentes da experiência sensível. O argumento utilizado constitui-se numa tríade: somos, conhecemos que somos e amamos esse ser e conhecer. Essas verdades, já as possuímos, e não são guardadas na memória de forma imaginativa, nem corpórea.

Se as verdades seriam inatas, o que as despertaria? Aprender-se-ia algo de verdadeiro? A linguagem teria a capacidade de transmitir a verdade? Essas foram questões que surgiram em função de se estabelecer a possibilidade da Verdade. O contexto da escrita da obra *De Magistro* (389), deve considerar que a possibilidade de ascender à Verdade já tinha estabelecida e, conjuntamente, um novo modelo de se proceder no uso da dialética como método já havia sido instaurado pela obra *Solilóquios* (386-387). Acerca do método dialético, Agostinho o aplica como método introspectivo, daí o neologismo *solilóquio*, diferentemente da dialética ao molde platônico, que necessitaria de, pelo menos, dois sujeitos racionais para que o discurso pudesse ser desenvolvido.

evidência tão lógica, que dela podemos afirmar a existência de um ser que duvida, pois se me engano, devo colocar-me como algo que é, para, assim, ser enganado; portanto, se me engano, sou. De certa maneira, Agostinho já introduz, em seu sistema, o elemento que, na história da filosofia, irá configurar um dos momentos mais significativos da modernidade expresso pelo racionalismo cartesiano, através do *cogito, ergo sum* (*penso, logo existo*). Neste sentido, René Descartes, não é, de todo, original na concepção do cogito, pois, como podemos verificar na proposta da obra *Contra acadêmicos*, o que está em evidência na concepção do *cogito* é a possibilidade de se fundamentar um método capaz de se atingir a verdade de forma segura, pois o ato de duvidar já implica numa primeira certeza, das quais, muitas outras podem ser inferidas.

³ GILSON, Etienne e PHILOTHEUS, Bochner. *História da Filosofia cristã*. Tradução de Raimundo Vier. 4. ed. Petrópolis: Vozes. p. 150.

Para Agostinho, o modo da dialética de Platão não conduziria o homem, necessariamente, à sabedoria, restringindo-se apenas ao domínio das ciências. O obstáculo dessa forma de uso da dialética residiria no fato de que o discurso entre sujeitos racionais diferentes poderia ser contaminado por elementos dependentes dos sentidos e que, tais elementos, não seriam controlados adequadamente pela razão, de modo que interfeririam na construção e condução do raciocínio. Segundo seu registro:

Essa palavra (**solilóquios**) é nova e talvez um pouco desagradável, mas diz bem o que significa. Não há método melhor de procura da verdade do que se proceder por perguntas e respostas. Por outro lado, é raro encontrar interlocutor que não fique mortificado ao se sentir vencido em uma discussão. E acontece, quase sempre, quando o debate está bem iniciado, que a teimosia venha a pôr tudo a perder com seus clamores imoderados, sem contar as feridas do amor próprio que, se por vezes se dissimulam, por vezes se manifestam.⁴

A dialética instaurada pelos *Solilóquios* prevê a tranquilidade necessária à reflexão, como nos diz Agostinho: *Entretanto, com a ajuda de Deus, pareceu-me bom investigar a verdade de maneira tranquila e conveniente.*⁵ Na realidade, o que os *Solilóquios* pretendem é apresentar a interioridade humana como palco onde se manifestaria a dialética entre a Razão, denominada de superior e a Razão denominada de inferior, essa última portadora de conhecimentos provenientes dos sentidos e das experiências provenientes do cotidiano. Para Agostinho, as experiências humanas deveriam ser colocadas em diálogo contínuo com a Razão. As dúvidas levantadas nesse processo seriam sanadas pela aplicação da lógica e as limitações impostas pelos sentidos seriam minimizadas pelas certezas já inscritas de forma inata no sujeito conhecedor de si. Em *De Magistro*, verifica-se uma continuidade dessas reflexões, cujo cerne seria a possibilidade da palavra poder, de fato, mediar a relação da alma humana marcada, sobretudo, pelas experiências sensíveis com as verdades descobertas na interioridade.

⁴ AGOSTINHO. *Solilóquios*. Tradução de Adaury Fiorotti. São Paulo: Paulus, 1998. II, VII, 14. p.73.

⁵ Idem. II, VII, 14. P. 73.

Nessa obra, construída sob a forma de diálogo entre Agostinho e seu filho Adeodato, o debate se desenvolve desvendando os meandros da linguagem, sua função mediante o uso das palavras, dos signos, entre outras questões abordadas. Em síntese, as questões investigadas tratam do propósito da fala, que seria o de ensinar e lembrar, do trato dado às palavras como signos, da reflexão necessária sobre as coisas significadas e ao final a descoberta de que as palavras não introduziriam verdades novas em nossas mentes, nem mesmo com uso das palavras ensinaríamos, de fato, algo de verdadeiro.

Assim, o que poderíamos esperar do uso da palavra? As palavras teriam a função de incitar nossa mente a buscar interiormente a verdade. Elas não seriam portadoras da verdade, mas meio para esse fim. Em Agostinho, a questão da palavra encontrou solução pela adoção da teoria da iluminação, já que as verdades estariam impressas em nossas mentes e as palavras externalizadas teriam a função de, como dissemos anteriormente, nos incitar a buscar o que internamente teríamos já impresso em nossa alma e essa descoberta não se daria no diálogo com um outro sujeito a não ser aquele que Agostinho denominou de homem interior.

Se o problema da palavra foi tratado por Agostinho como uma possibilidade de abertura da alma ao conhecimento, não sendo a palavra portadora da verdade, mas meio incitante para a busca da verdade, o que poderíamos dizer acerca do mundo sensível e, de modo específico acerca do universo imagético? Haveria algo de verdadeiro nas imagens? Uma investigação de tal natureza se acerca de aspectos estéticos. Nesse sentido, tomemos alguns elementos de reflexão sobre como Agostinho tratou essas questões.

2 A questão da imagem e o Belo: a transcendência do olhar.

Ao abordarmos a questão da imagem, temos a designação de um problema relacionado ao domínio dos sentidos; afinal, a visão pode ser considerada o sentido que informam à alma, por meio de elementos imagéticos, a existência dos objetos. Contudo, a existência da visão só pode ser compreendida pela existência da luz e, sem a luz não haveria imagem

reflexa dos objetos para que pudessem ser conhecidos. Eis aqui a base de nossa investigação, pois ao tratarmos da luz devemos considerar a compreensão de Agostinho acerca desse elemento natural. Afinal, a luz foi inicialmente tratada por Agostinho sob a perspectiva do dualismo maniqueísta⁶, isto é, segundo a interpretação de que ela seria proveniente do bem, de Deus e, desse modo, haveria a apreensão das formas em seu equilíbrio. Tudo isso seria possível porque a luz revelaria a harmonia das formas. Do mesmo modo, a luz poderia revelar a desarmonia das formas, aquilo que não deveria ser visto, a fealdade, essa, por sua vez, deveria ser eclipsada pelas trevas. Assim, a noção do correlato céu-luz-bem, teria seu contraditório em inferno-trevas-mal e, segundo a concepção do dualismo maniqueísta, essa seria a condição essencial do mundo, em que as formas tidas para a beleza e para a fealdade estariam dispostas na natureza por terem autores distintos, a saber, Deus, tido como autor da luz e Satanás, tido como autor das trevas.

Agostinho se afastou desse modelo de interpretação da realidade, tido por ele como absurdo, como registrou em *Confissões*⁷. Ao abandonar o maniqueísmo aderiu ao ceticismo probabilista dos acadêmicos. Esse, por sua vez, foi superado, como vimos anteriormente, pela descoberta da verdade que seria inata no interior do homem. A expressão “volta-te para ti mesmo, a verdade está em ti, não fora de ti” pode ser compreendida como síntese de todo o percurso de superação do modo dualista de se pensar a realidade e a adoção de um outro, o monista.

Para a concepção monista existiria, tão somente, um princípio, esse seria o Bem. Absoluto Bem e, portanto, Absoluta Beleza, Absoluta Verdade, Absoluta Justiça, Absoluto Amor. Esse Bem Absoluto, interpretado como o Deus da tradição revelada da cultura judaico-cristã, era o sinal da Absoluta Unidade de todos os princípios e sua ação criadora não deixaria a natureza, sua própria criação, isenta desses princípios.

⁶ A opção de Agostinho pelo maniqueísmo, que durou cerca de nove anos (372 – 382 d.C.), segundo ele, de audição e não de participação, foi objeto de suas próprias reflexões filosóficas posteriores. Em *Confissões* (397-401), julgou seu anterior envolvimento com o maniqueísmo como consequência da falta da compreensão da inteligência, descrevendo o seu crédito às argumentações dos maniqueístas como uma queda nas armadilhas dos maniqueus.

⁷ A respeito desses absurdos. cf. AGOSTINHO. *Confissões*. III, 10, p.71.

A realidade seria, como descobriu em suas investigações, a síntese de uma unidade criada. A diversidade de seres e de coisas seria contingente e os princípios que imprimiriam aos seres a pertença à unidade, vinculada ao Absoluto, criador de todas as coisas, submeteria todos os seres a uma teleologia natural. Ver a realidade nessa perspectiva significaria ultrapassar o que os olhos do corpo enxergam, de imediato, e isso implica numa reeducação do olhar, do externo para o interno. Uma metáfora sintetizaria bem essa ideia, aquela que se refere aos “olhos da alma” e, novamente retornamos ao problema da interioridade que desvelaria o princípio de unidade presente no mosaico da criação. Se, de imediato, as imagens das coisas se mostram dispostas aparentemente de modo assistemático, vistas na perspectiva da unidade, elas representariam um mosaico do qual emergiria a totalidade una e bela da criação.

Desse monismo nenhuma realidade inscrita na natureza estaria excluída e, tampouco os elementos que constituem a realidade humana, afinal, os problemas relativos ao universo humano que tratam a gnosiologia, a ética, a estética, a política ou quaisquer outros, estariam constituídos também no mosaico de unidade com que a criação se manifestaria. Haveria, nesse sentido, uma teleologia natural, inerente aos entes naturais dos quais o homem seria pertencente, de modo que do menor ao maior, do aparentemente menos significativo ao mais significativo, tudo concorreria para o Absoluto, Ele próprio o Bem, Belo e Verdadeiro.

Essa ideia de ordenamento natural deve ser compreendida em Agostinho como base de sua concepção estética. Nessa perspectiva, haveria na natureza a disposição dos princípios de ordem do criador que, apreendidos pelos sentidos e traduzidos pela razão interior, permitiriam à alma ascender ao mais elevado grau para vislumbrar o Absoluto em sua Absoluta Beleza. A ideia de imagem nos parece sempre presente nessa questão, essa, por sua vez, não mais se refere às formas com que a natureza expressaria a presença material de suas criaturas, a imagem agora, tida como pura transcendência, seria aquela impressa na alma humana pelo Absoluto, e presente sob a forma de vestígios do criador na obra criada.

Se, por um lado, a inteligência, iluminada pelo Bem Absoluto, permitiria contemplar a natureza dessa forma, por outro, ao contemplarmos uma obra humana, como o conjunto de escritos de Agostinho, de natureza intelectual ou outra de qualquer produzida por mãos e mentes humanas, só teriam sentido em sua correspondência ao Absoluto Bem e Belo, não sendo elas mesmas portadoras de algo que não seja contingente e transitório. Da criação da natureza às criações do homem, os princípios de ordem estariam dispostos pelo/para o Bem e Belo absolutos. Essa também seria a medida de se avaliar uma obra humana; afinal, se ela fosse meio para despertar, incitar a *Ratio Superior*, ela cumpriria seu propósito, de modo a tornar o homem conhecedor de si mesmo e de seu lugar no mundo. Ao contrário, se a obra humana possibilita um fruir imanente, a fruição de si mesmo, ela seria um meio de afastamento do homem de sua verdadeira natureza. Esse seria o sentido atribuído ao mal como ausência do bem.

Esse aspecto da vida humana que se endereça à transcendência deve ser considerado como base de leitura das obras de Agostinho, não bastaria a sua leitura, o olhar imediato, seria necessário ultrapassá-lo, de modo que se possa ir além da inteligência do significado das palavras, deve-se apreender o sentido mais profundo de seu pensamento. Um exemplo estaria no contemplar da obra *Confissões*. Os primeiros capítulos, enlevados de memórias, aparentemente pueris, refletem, por exemplo, o pesar de se ter, ainda quando criança, roubado peras (*Confissões*, II, IV) e, à medida que os capítulos avançam, as questões saem do singular Agostinho para o Agostinho que conhece a si mesmo e sua interioridade. Na interioridade habitariam as questões essenciais, as questões de ordem metafísica acerca do Bem, do Belo, do Justo, do Tempo; enfim, aquelas que se remeteriam à Verdade. Em *Confissões*, o Agostinho singular percorre um itinerário rumo ao universal.

Essa possibilidade de transcendência do olhar foi indicada na obra, *De Quantitate Animae* (387-388), que apresentou os vários graus que a alma humana possuiria, desde a atividade que teria por princípio manter a vida no organismo àquela mais elaborada e complexa, volitiva, marcada pela intencionalidade da consciência e que seria responsável pela criação da cultura e da ciência e, transcendendo mais ainda essa realidade, se chegaria a graus

ainda mais elevados. Segundo essa concepção, na ordem cósmica, haveria uma teleologia de perspectiva estética, conforme nos diz Agostinho:

(...) todos os seres, por seus ofícios e finalidades, ordenam-se para a beleza do universo. O que, tomado separadamente, nos pode causar desagrado, no conjunto, torna-se muito agradável (...) todos os seres materiais são de ordem inferior, justamente, porque são inteiramente feitos de partes imperfeitas. Mas pode ser sentida sua beleza, seja no seu repouso, seja no seu movimento. Na verdade, o nosso julgamento (...) é coisa bela. Transcende o mundo todo, à medida que julgamos corretamente (...) Nisso tudo, só é mal o pecado e a consequência do pecado, isto é, o afastamento voluntário da suma essência, e o penar forçado no que há de mais baixo. Em outros termos, o mal reduz-se na emancipação em relação à justiça, e na servidão em relação ao pecado.⁸

O mosaico da criação, essa sim, verdadeira obra, integraria luz física e luz metafísica, isto é, a luz da verdade absoluta.⁹ Essa, por sua vez, manifestaria seu princípio de ordem em toda a realidade criada¹⁰ e, assim, a natureza se apresentaria aos sentidos do homem para, necessariamente, conduzi-lo à verdade, conforme nos diz Agostinho:

Vejamos, agora, até onde pode ir a razão na sua ascensão do visível ao invisível, do temporal ao eterno. É preciso não ser em vão nem inútil, o exercício da contemplação da natureza: a beleza do céu, a disposição dos astros, o esplendor da luz, a alternância dos dias e noites, o ciclo mensal da lua, a distribuição do ano em quatro estações, análoga à divisão dos quatro elementos, o prodigioso poder dos gérmenes geradores das espécies e dos números, a existência de todos os seres, enfim, cada um guarda sua própria característica e natureza. Esse espetáculo não é feito para exercermos sobre ele vã e transitória curiosidade, mas, sim, para nos elevar gradualmente até às realidades imperecíveis e permanentes.¹¹

A beleza que emerge dessa contemplação da natureza se reporta a uma beleza que ultrapassaria a sensibilidade ao se referir à intuição que temos do

⁸ AGOSTINHO. *A verdadeira religião*. 40,76. p.111.

⁹ A ideia do Uno utilizada por Agostinho refere-se ao Absoluto inefável de Plotino.

¹⁰ A ideia da criação *ex nihil* (a partir do nada), foi desenvolvida por Agostinho de forma original, diferenciando-se da cosmologia grega que utilizava a ideia do cosmos eterno.

¹¹ AGOSTINHO. *A verdadeira religião*. 29, 52. p. 86.

belo impresso em nossa alma. Assim, a intuição do belo nos remeteria, necessariamente, à metafísica. Agostinho se refere a essa questão em um clássico fragmento das *Confissões*:

Quem é Deus? Perguntei-o à terra e disse-me: “Eu não sou”. E tudo o que nela existe respondeu-me o mesmo. Interroguei o mar, os abismos e os répteis animados e vivos e responderam-me: “não somos o teu Deus; busca-o acima de nós”. Perguntei-o aos ventos que sopram; e o ar, com seus habitantes: “Anaxímenes está enganado; eu não sou o teu Deus”. Interroguei o céu, o sol, a lua, as estrelas e disseram-me: “Nós também não somos o Deus que procuras”. Disse a todos os seres que me rodeiam as portas da carne: Já que não sois o meu Deus, falai-me do meu Deus, dissei-me, ao menos, alguma coisa d’Ele. E exclamaram com alarido: “Foi Ele quem nos criou”. A minha pergunta consistia em contemplá-los; a sua resposta era a sua beleza. Dirigi-me, então, a mim mesmo e perguntei-me: “E tu, quem és?” “um homem” respondi. “Servem-me um corpo e uma alma; o primeiro é exterior; a outra é interior”¹²

Os sentidos captam as impressões advindas da natureza, no entanto essas impressões remetem o homem à procura de ordem, de certa unidade na disposição dos entes naturais. À medida que a alma, que é superior ao corpo por ser racional, infere a existência de princípios universais inerentes à natureza, ela se coloca diante da profusão de fenômenos naturais, apreende-os com o que lhe é próprio, isto é, com os mesmos princípios que traria consigo essencialmente, e, iluminada pela verdade, torna-se capaz de atestar que a natureza possui harmonia em toda parte, “*a qual assegura a integridade e a beleza*”.¹³

Essa harmonia, segundo Agostinho, requer igualdade e unidade. Contudo, não é pela atuação dos sentidos que percebemos tal fato, pois, “*certamente, a verdadeira igualdade e semelhança, assim como a verdadeira e primeira Unidade não são percebidas pelos olhos corporais, nem por nenhum sentido, mas por uma intelecção do espírito*”.¹⁴ E, continua Agostinho:

Entretanto, aquela igualdade e unidade, que só o espírito conhece e pela qual julga a beleza corpórea – conhecida

¹² AGOSTINHO. *Confissões*. X, 6. p. 222-223.

¹³ AGOSTINHO. *A verdadeira religião*. 30,55. p. 89.

¹⁴ Idem. 30, 55. p.89.

pelos sentidos – em igualdade e unidade não se encontram repartidas no espaço, nem se movem no tempo. (...) se alguma coisa, pois, se move harmoniosamente (*convenienter*) no espaço ou conforme as horas ou momentos mais breves, esse fenômeno é regulado por uma única Lei, a qual é invariável.¹⁵

Com efeito, essa lei invariável e imutável conduziria os sentidos a evidenciar a igualdade e unidade na natureza, como já vimos anteriormente, por mais que ela se apresente sob suas múltiplas formas. É necessário que se compreenda que a concepção de natureza à qual queremos nos referir é aquela que deve ser tomada como fenômeno multiforme, que congrega toda a ordem do cosmos, dos vermes invisíveis ao olho humano, aos astros regulados pelo movimento celeste. Além do mais, devemos ressaltar que a consideração de Agostinho para com a ordem do *cosmos* também não é fato novo na história da Filosofia, pois, desde os gregos, a tranquilidade que essa ordem demonstrava conduzia os espíritos ávidos de reflexão a almejar tornar o espírito humano análogo a essa ordem. Ora, o projeto das mais diferentes propostas éticas da antiguidade foi norteado pela busca de equilíbrio das ações humanas, tomando por princípio a regularidade e ordem próprias da *physis*. Com efeito, na sistematização do pensamento de Agostinho não foi diferente, todavia, a ideia de um Deus ordenador de todo o cosmos foi fundamental para demonstrar que a imagem verdadeira do homem não estaria nas criaturas ordenadas, mas n'Aquele que tudo ordenou; é n'Ele que residiria a base de toda compreensão estética e ética.

Princípios da ordem natural como a simetria, igualdade, unidade, entre outros princípios matemáticos, são os elementos fundamentais da doutrina do Belo em Agostinho, sendo também estes os elementos que conduziriam a razão humana em buscar do equilíbrio nas ações. Não há, pois, como desprezar a ordem natural, sabendo-se ser ela o modelo do princípio de ordem inerente à todas as coisas. Para Agostinho, o itinerário percorrido pela razão que se move em direção à fonte da Sabedoria, não se resume à contemplação da ordem natural, sobretudo dos astros, mas a ultrapassa. Segundo as palavras de Agostinho:

¹⁵ Ibidem. 30,56. p.90.

(...) a beleza das coisas visíveis nos enganam é porque elas contêm certa unidade, sem, contudo, a realizar plenamente. Compreendemos, se formos capazes, o que nos leva ao engano: não é o que seja o objeto, mas o que ele não é. Todo corpo é verdadeiro corpo, mas com unidade falha. Não é o Uno supremo. Não o reproduz plenamente.¹⁶

Há, pois, segundo Agostinho, a descoberta natural que a razão humana faz, da passagem da natureza à fonte de toda a natureza, do homem exterior ao homem interior, dos sentidos à razão iluminada, enfim, antíteses dispostas num todo ordenado esteticamente, de maneira que aquilo que tentamos expressar pela linguagem¹⁷ nada mais seria do que expressão da ordem natural, toda ela concebida de forma bela e íntegra.

Considerações Finais

Reiterando o que já vimos anteriormente, as artes humanas poderiam ser mais ou menos carentes de refletirem a realidade transcendente a que o homem estaria endereçado. A obra de arte, por excelência, seria aquela capaz de retratar, mesmo na carência de bem, o endereçamento ao verdadeiro e seguro Bem, conduzindo a consciência a uma atitude ativa diante do que lhe seria apresentado. O olhar com curiosidade foi drasticamente condenado por Agostinho, já o olhar com o Amor, esse, ao contrário, foi a base de seu sistema ético/estético. Aquele que olharia com amor, olharia com os olhos d'alma, com os olhos da razão superior, com os olhos do homem interior.

A descoberta, por fim, da humanidade do olhar é uma inferência que podemos produzir a partir das obras de Agostinho. O olhar com humanidade seria idêntico ao olhar do Absoluto que se tornou homem e, ainda assim, conservou o olhar sagrado sobre a realidade das coisas humanas. Para além da prostituta, além da pobreza, além da alienação do trabalho, a ética permitiria encontrar os princípios da beleza escondida na fealdade dessa realidade e que as palavras não teriam condição de traduzir face à dimensão profunda que ali

¹⁶ AGOSTINHO. *A verdadeira religião*. 34, 63. p. 97.

¹⁷ A esse respeito, Agostinho produziu uma obra específica, *O mestre (De magistro)*. Nela trava um extenso diálogo com seu filho Adeodato, abordando a sistematização da linguagem à luz da teoria da iluminação, demonstrando que já possuímos os princípios de ordenação das palavras, não por sua sonoridade, mas porque trazemos intuitivamente a verdade impressa pelo verdadeiro Mestre.

estaria apresentada. Assim, as limitações da palavra não impediriam o acesso à verdade, não impediriam a busca da verdade acerca da realidade intrínseca das coisas.

Se por um lado o objetivo do presente estudo foi o de tecer considerações sobre a relação palavra e imagem, em que propusemos uma série de elementos reflexivos tomados do conjunto de obras de Agostinho, por outro, as limitações são várias; afinal, o problema da imagem, o aprofundaríamos a partir de uma análise criteriosa da obra Trindade, que traz um conjunto de capítulos dedicados, teologicamente, a investigar essas questões. Em Agostinho, uma série de reflexões se tornaram possíveis no intuito de se demonstrar o caráter natural da metafísica. Aprender a enxergá-la seria uma tarefa daqueles que estão imbuídos do espírito investigativo e querem ultrapassar a realidade disposta naturalmente, não que a natureza seja indicativa de condução ao erro, mas a relação palavra e imagem, ganham novo contorno e sentido quando a Palavra provém do Absoluto e o homem se descobre imagem do Absoluto em meio à sua precária existência refletindo o modo como educa seu olhar e como se educa em suas ações.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO. *Solilóquios*. Tradução de Adaury Fiorotti. São Paulo: Paulus, 1998.

_____. *Confissões*. 15 ed. Tradução de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. Petrópolis: vozes.

_____. *Contre les académiciens*. Trad. Par Jean-Louis Dumas. Paris: Gallimard, 1998.

_____. *A vida feliz*. Tradução de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1998.

_____. *A cidade de Deus*. Tradução de Oscar Paes Leme. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, São Paulo: Federação Agostiniana brasileira, 1990.

_____. *A verdadeira religião*. tradução de Nair de Assis Oliveira. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1987.

_____. *O livre arbítrio*. Tradução de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 199.

_____. *A trindade*. Tradução de Frei Agostino Belmonte. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1995. XII, 15, 24. p. 390.

_____. *Sobre a potencialidade da alma*. Tradução de Aloysio Jansen de Faria. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GILSON, Etienne. *Introtuction a l'étude de saint augustan*. 4. Ed. Paris: Libraire. Philosophique J. vrin. 1969.

HRYNIEWCZ, Severo. *A ética da autosalvação em Plotino*. Dissertação de mestrado em filosofia. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1996.

NUNES COSTA, Marcos Roberto. "Conhecimento, ciência e verdade em santo Agostinho". *Veritas*, v. 43, n. 3. Porto Alegre: PUC, 1995.

REALE, Giovanni. *História da filosofia antiga*. Tradução de Marcelo Perine e Henrique Cláudio de Lima Vaz. São Paulo: Loyola, v. 1, 1994.